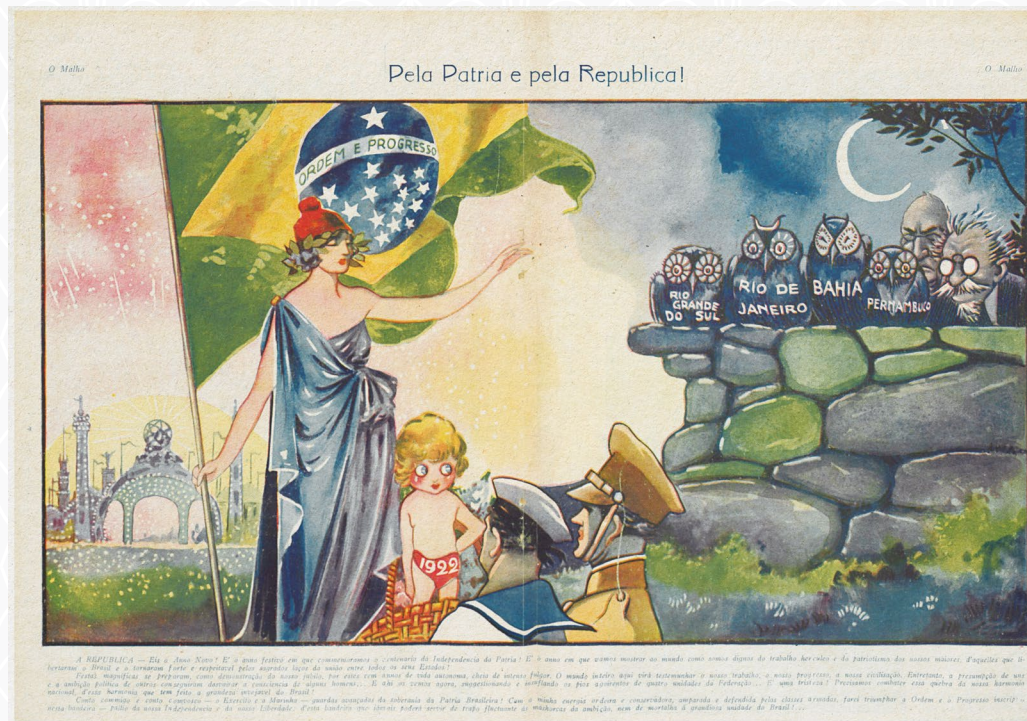




A crise oligárquica de 1922: a Reação Republicana como ameaça ao casuísmo oficial

Fabio Francisco de Almeida Castilho (IFAL)



O Malho, a chegada de 1922, de 31.12.1921, p. 26. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O panorama político e cultural do Brasil no ano de 1922 foi marcado por uma série de acontecimentos que agitaram o país, como a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, o movimento tenentista e a comemoração do Centenário da Independência. Esses e outros episódios compõem um quadro de profundas transformações na sociedade. Na mesma medida, esses eventos manifestam uma crise no sistema de representação oligárquico, fazendo-se sentir uma demanda por maior participação dos setores urbanos e uma insatisfação dos segmentos militares. A somatória desses fatores colocou “em xeque” os padrões estabelecidos na Primeira República até então.

No âmbito político, encerrava-se o governo do paraibano Epitácio Pessoa, marcado pela fragilidade e dependência dos outros estados, pois, excepcionalmente, Epitácio não contara com um estado de origem forte que sustentasse o seu governo. Essa questão favoreceu a ingerência de outros estados oligarcas durante sua administração, sobretudo, no encaminhamento do futuro candidato situacionista.

Com efeito, o principal sustentáculo do governo Epitácio fora Minas Gerais, estado responsável por sua eleição e por garantir-lhe condições de governabilidade. A presença mineira no governo pode ser evidenciada nas figuras de Pandiá Calógeras e Raul Soares, Ministros da Guerra e da Marinha, respectivamente. A presença dos dois civis à frente de pastas tão importantes para os militares desagradava as Forças Armadas. Além disso, demonstrava a forte influência dos políticos mineiros ocupando cargos-chave da administração de Epitácio e norteando os futuros passos do governo.

Essa condição credenciou a indicação de Arthur Bernardes, Presidente de Minas Gerais, como o candidato oficial do governo. Contra a candidatura de Bernardes foram aventados os nomes de Washington Luiz, Presidente de São Paulo, e do ex-Presidente da República, Hermes da Fonseca, mas a candidatura mineira prevaleceu como a predileta dos oligarcas e se confirmou como nome oficial.



Exposição do Centenario

Um aspecto da Avenida das Nações.

Revista *Caretta* de 6.1.1923. Exposição do Centenário. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Um verdadeiro hymno ao
actual movimento civico**

Interessante confronto entre as personalidades dos Srs.
*** Nilo Peçanha e Arthur Bernardes ***

"A REACÇÃO REPUBLICANA É O IDEAL E O IDEAL NÃO SE VENCE, NÃO SE ABAAFA" — DISSE, NA CAMARA, EM VIBRANTE DISCURSO, O SR. OCTAVIO ROCHA

O Imparcial de 18.12.1921, ed. 1.453, p. 1.
Manchete sobre disputa eleitoral. Acervo da
Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

THEATRO MUNICIPAL

AMANHÃ — 17 de fevereiro 1922 — AMANHÃ

3.º e ultimo grande festival da
SEMANA DE ARTE MODERNA

com o concurso de
VILLA-LOBOS

No saguão do theatro, exposição de pintura
e esculptura

Preços: Cadeiras, \$2500 — Bilhetes à venda no Municipal

A Gazeta de 16.2.1922, p. 5. Anúncio da Semana de
Arte Moderna com Villa Lobos. Acervo da Fundação
Biblioteca Nacional – Brasil.



Caretta de 12.11.1921, p. 23. Elegância e futurismo.
Autor: J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha – 1884/1950).
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



O Malho de 6.5.1922, p. 1. O prato do dia. Autor: J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha – 1884/1950).
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Oriundo do mais influente estado da Primeira República, Arthur Bernardes convivera com as disputas políticas no interior de Minas Gerais desde o início de sua carreira, quando se elegeu vereador de Viçosa em 1904. Presença marcante no Congresso desde 1909 como representante da Zona da Mata mineira, ele foi um dos políticos responsáveis por superar a *Hegemonia Sul-Mineira*, agrupamento político liderado por Wenceslau Brás que dominou as disputas estaduais de 1898 até 1918. Bernardes não só venceu a acirrada disputa interna, elegendo-se presidente de Minas Gerais em 1918, como ainda conseguiu apaziguar o estado.

Em 1922, a candidatura presidencial de Bernardes contou, além do apoio mineiro, com o apoio paulista e do Catete. No intuito de efetivar tal aliança, a bancada mineira concedeu ao Presidente Epitácio a indicação do nome do vice-presidente que completaria a chapa situacionista. O nome indicado por Epitácio foi o do maranhense

Urbano dos Santos, que morreria em maio de 1922 e seria substituído por Estácio Coimbra, escolha que desagradou os Estados da Bahia e de Pernambuco, que pleiteavam o cargo para si com os nomes de J. J. Seabra e Andrade Bezerra, respectivamente. Tal divergência complicou a formação de uma chapa unânime, que, de acordo com a cultura política da República, indicaria uma eleição sem sobressaltos. De outra forma, a formação de uma chapa oposicionista, composta por estados insatisfeitos, cobria de incertezas o futuro pleito.

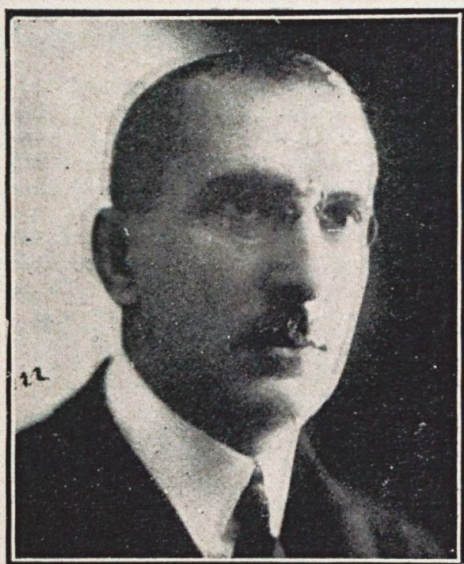
Artur da Silva Bernardes

Artur da Silva Bernardes nasceu em Viçosa (MG) no dia 8 de agosto de 1875. Em 1900, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo.

Foi eleito vereador em Viçosa (1904), deputado estadual (1907) e deputado federal (1909 e 1915). Foi eleito governador de Minas Gerais em 1918 e, sucessivamente, presidente da República (1922-1926). Durante sua administração, foi aprovada a única proposta de mudança da Constituição de 1891. Depois de deixar a Presidência, elegeu-se como senador em 1927. Depois da Revolução de 1930, Bernardes envolveu-se com os paulistas na Revolução Constitucionalista, motivo pelo qual se exilou no exterior. Conseguiu se eleger em 1934 como deputado federal. No Estado Novo, manteve-se ativo na oposição, assinando o Manifesto dos Mineiros em 1943. Em 1945, elegeu-se deputado constituinte pelo Partido Republicano. Elegeu-se novamente em 1954, mas faleceu em 23 de março de 1955.

Declarada a insatisfação de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foi exatamente o que aconteceu. Os estados dissidentes convergiram em torno do nome de Nilo Peçanha e transformaram a eleição de 1922 em uma das mais disputadas da Primeira República. O nome de Peçanha foi lançado juntamente com o de J. J. Seabra como vice, garantindo a união dos estados dissidentes.

O lançamento da chapa oposicionista, em 24 de junho de 1921, também marcou a criação da *Reação Republicana*, movimento dos estados dissidentes que tornou a disputa eleitoral mais acirrada. A estratégia dissidente foi tornar públicas as queixas e denúncias sobre a organização política das antigas oligarquias, além de combater os mecanismos de fraude. As principais reivindicações do manifesto assinalavam a revisão do processo de escolha do candidato à Presidência, a exigência de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a defesa das Forças Armadas. Dessa forma, a Reação Republicana procurou denunciar os principais vícios políticos da República, agitando a população urbana contra esse modelo. O cenário era de nova disputa eleitoral acirrada no seio das oligarquias nacionais, a exemplo do ocorrido em 1910.



Dr. Arthur Bernardes,
Presidente do Estado de Minas.

Arthur Bernardes no *Fon-Fon* de 27.8.1921, p. 16.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Dessa forma, temos no evento da Reação Republicana um papel de relevo à mobilização do eleitorado urbano, pois ao adotarem como estratégia a propaganda eleitoral massiva, procedimento incomum no período, os idealizadores do movimento buscavam promover uma discussão política mais ampla, dialogando com novos e diferentes setores. Com a campanha realizada, Nilo conseguiu penetrar no contingente eleitoral urbano, em especial no Distrito Federal, por atender aos anseios de grupos urbanos deixados de lado pelas oligarquias estaduais. O candidato também acertou em cheio ao escolher como interlocutores os setores militares, há muito insatisfeitos com o governo de Epitácio e extremamente desconfiados da candidatura oficial de Arthur Bernardes. A estratégia de Nilo consistia em aproximar-se da população urbana e dos militares insatisfeitos, convocando os dois segmentos para fazerem parte da sustentação de sua candidatura.

No que tange à sua plataforma econômica, Nilo Peçanha defendeu a diversificação da produção e a ortodoxia financeira. Nilo advogava a necessidade de amparar a agricultura nacional, ponderando a diversificação da produção, embora reconhecesse a preponderância do café e não combatesse a política de valorização implementada por paulistas e mineiros. No plano financeiro, o candidato adotou a ortodoxia dos compromissos oligárquicos, e sua proposta econômica em muito pouco divergiu da proposta oficial.

Em clima de intensa agitação política, as eleições presidenciais realizaram-se em primeiro de março. Os resultados eleitorais deram a vitória a Bernardes, que obteve 466 mil votos, enquanto Nilo atingiu 317 mil. No entanto, a Reação Republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar a investigação do processo eleitoral, desencadeou uma campanha de mobilização popular e de acirramento da insatisfação militar. Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura combativa, delatando fraudes no processo eleitoral. Essa postura da Reação Republicana causou grande agito na sociedade e justificou ao governo federal responder com o uso da força, em especial punindo setores militares mais exaltados.



Fon-Fon de 11.11.1922, p. 26. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



O Malho de 25.11.1922, p. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



A chegada do futuro presidente. *O Malho* de 22.10.1921, p. 34. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Os conflitos entre os militares e o governo federal vinham crescendo, precisamente desde a posse de Epitácio Pessoa, e a indicação de civis para as pastas militares, somado ao conhecido episódio das cartas falsas – quando correspondências que desrespeitavam as Forças Armadas, supostamente escritas por Arthur Bernardes, foram publicadas na imprensa do Rio de Janeiro –, davam vação para a insatisfação militar, transformando esses fatos num importante elemento desestabilizador no período pós-eleitoral.

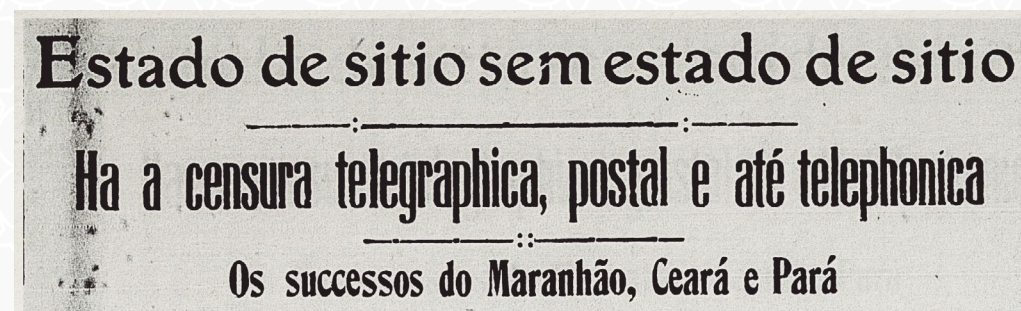


O Malho, A Reação Republicana, Naufrágio 1922, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Com cenário tão grave, a aguardada rebelião militar eclodiu em julho de 1922 e contou com a participação dos militares de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal. O motim ficou conhecido como o *Levante dos 18 do Forte de Copacabana* e é considerado o movimento embrionário do tenentismo. No dia 5 de julho, 17 militares marcharam na praia de Copacabana, e a eles se juntou um civil. As forças do Exército nacional atacaram o grupo e apenas dois tenentes sobreviveram. Diante do ocorrido, Epitácio decretou estado de sítio a fim de garantir a posse do novo presidente.



Comédia do Reconhecimento. Correio da Manhã de 19.5.1922. p. 1.



O Imparcial de 23.5.1922. p. 1. Estado de sítio. A Sucessão presidencial de 1922 foi marcada pela tensão política, tanto no período pré quanto no pós-eleitoral, e culminou na decretação do estado de sítio em julho daquele ano. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Meses depois de ter sido debelado o primeiro levante, Arthur Bernardes assumiu, em novembro de 1922, o governo de um país ainda imerso em conflitos. Tropas federais tiveram de conter motins durante as sucessões presidenciais nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. Visando garantir a estabilidade de seu governo, o presidente decretou estado de sítio e teve seu mandato marcado por forte aparato repressivo.

Por fim, a sucessão presidencial de 1922 apresentou características peculiares para o período. Pela primeira vez o enfrentamento entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando tensões entre as oligarquias regionais. Vários fatores contribuíram para o cenário de instabilidade: em primeiro lugar, a crise política na escolha do vice-presidente da chapa oficial; em segundo, as medidas econômicas que continuavam privilegiando o café em detrimento da diversificação da produção agrícola; em terceiro, o surgimento de um *proto-populismo* observado na atenção de Nilo Peçanha para as massas urbanas. Mas o fator determinante para entendermos o episódio da Reação Republicana é a disputa estabelecida entre as oligarquias de primeira grandeza e as intermediárias. Desse modo, a Reação Republicana significou uma ruptura com o modelo oligárquico, evidenciando a construção de um eixo alternativo de poder que tentava ampliar a participação de oligarquias secundárias. A crise instalada no seio das oligarquias culminaria com o final do regime na Revolução de 1930.

Sugestões de leitura

BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Salvador: Ed. UFBA, 2016.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: *O BRASIL republicano*. São Paulo: Difel, 1977. Tomo 3. Estrutura de poder e economia. (História geral da civilização brasileira, v. 8).

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República*. São Paulo: Unesp, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Condé Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A crise da República oligárquica no Brasil: as primeiras manifestações tenentistas. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 61-69, 1976.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

